



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0201947-6

200

COMARCA : Ibimirim – Vara Única
IMPETRANTE : José Gilson Torres Siqueira
PACIENTE : José Gilson Torres Siqueira
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO PELO PRÓPRIO PACIENTE, ACUSADO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121 § 2º, I). ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE COMPLETA DO PEDIDO, INCLUSIVE A DATA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PEDIDO DE DESAFORAMENTO EM TRAMITAÇÃO NA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

I – No caso presente, não há informações completas sobre o processo originário, que é complexo, pois tem três réus, que se dizem indígenas, havendo, inclusive, a atuação da Procuradoria da FUNAI.

II – Com a Pronúncia, fica superada a alegação de excesso de prazo quanto ao encerramento da instrução. Inteligência da Súmula nº 84 deste Tribunal de Justiça.

III – O excesso prazal, a respeito do julgamento do Pedido de Desaforamento, encontra-se justificado em face da atuação da Defesa do Paciente e dos outros corréus.

II - Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº **0201947-6**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de 02 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: 0201947-6

201

COMARCA : Ibimirim – Vara Única
IMPETRANTE : José Gilson Torres Siqueira
PACIENTE : José Gilson Torres Siqueira
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado por **JOSÉ GILSON TORRES SIQUEIRA** em seu próprio favor, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única de Ibimirim/PE.

Aduz o paciente que se encontra custodiado desde 13/09/2006, acusado de infringir o art. 121, § 2º, I, (Homicídio qualificado por promessa de recompensa ou por outro motivo torpe) do Código Penal, processo nº 460.2006.000019-0.

Alega que está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção por excesso de prazo, sem que tenha sido julgado até a data da impetração (fls. 02/03).

O impetrante/Paciente anexou os documentos de fls. 04.

Em decisão interlocutória, indeferi o pedido liminar (fls. 12/13).

A autoridade indicada como coatora prestou informações às fls. 17, noticiando que, em sequência à decisão de pronúncia (cuja data não foi revelada), o processo originário foi suspenso no aguardo do pedido de desaforamento. Juntou certidão, de fls. 18, a respeito da remessa ao TJPE, em 06.07.2009, do Processo originário para a apreciação do Pedido de Desaforamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



202

Por equívoco, o despacho de fls. 20, de 09 de dezembro de 2009, determinou que fossem solicitadas informações ao Juízo da 2ª Vara do Júri do Recife a respeito do Processo originário. O ofício de fls. 23 e a certidão de fls. 24 informam que o referido processo não se encontrava na referida 2ª Vara do Júri do Recife.

A Procuradoria Criminal ofertou parecer às fls. 36/37, opinando pela **concessão** da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se, como visto, de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, onde o impetrante/paciente **JOSÉ GILSON TORRES SIQUEIRA** alega excesso de prazo para o seu julgamento, haja vista que se encontra custodiado desde o dia **13.09.2006**.

O Juiz Processante informou às fls. 17 que o paciente já foi pronunciado e que teve o Júri desaforado por este Egrégio Tribunal de Justiça, devendo o réu ser julgado pela 2ª Vara Privativa do Júri da Capital. Na oportunidade anexou Certidão de remessa, em **06.07.2009**, da ação penal nº 460.2006.000019-0, para esta Corte de Justiça (fls. 18).

Diante das informações da autoridade indicada coatora, determinei, por equívoco, como já afirmado, a expedição de ofício para o Juízo da 2ª Vara Privativa do Júri de Recife para que prestasse informações sobre o processo-crime a que responde o Paciente (fls. 21). Em resposta, fui informado de que naquele Juízo não tramita nenhum processo em nome do Paciente **JOSÉ GILSON TORRES SIQUEIRA** (fls. 23).

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anexo ao presente voto em 02 (duas) laudas, observo que a referida ação penal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



203

foi remetida ao Juízo de origem, em 21.12.2009, ou seja, a Vara Única da Comarca de Ibimirim, para a intimação dos advogados particulares dos acusados, que são 03 (três), o ora Paciente JOSÉ GILSON TORRES SIQUEIRA e os outros corréus, GENILSON TORRES DE SIQUEIRA E EXPEDITO LUIZ DE SOUZA, para, querendo, contrariarem o Pedido de Desaforamento, que foi autuado neste Tribunal em 04.06.2009, sob o número 0189858-8, que tem como relator o eminente Des. Romero de Oliveira Andrade.

Transcrevo a seguir o último despacho do referido Relator de 10.12.2009, onde se informa que o acusado, ora Paciente, e os outros dois corréus apresentam-se como indígenas da etnia Pipipan, tendo sido solicitada a admissão de Procuradores da FUNAI, como defensores dos referidos três denunciados.

"Consoante se percebe pelo teor do despacho de fls. 77 do presente pedido de desaforamento, foi determinada a intimação dos defensores dos réus para fins de contrariedade ao pedido, sendo que, em caso de ausência de manifestação por parte dos mesmos, os acusados deveriam ser intimados pessoalmente para constituírem novos defensores e, não o fazendo, lhes seriam nomeados defensor dativo.

Baixados os autos ao Juízo originário, este ordenou, em 08 de setembro de 2009 (fls. 78), a realização das intimações na forma definida no aludido despacho, sendo expedida carta de intimação ao Procurador da Funai, Bel. Cláudio Santos de Souza, com endereço na Av. João de Barros, nº 668, Boa Vista, Recife.

O exame dos autos principais mostra-nos que, em 13 de outubro de 2008, havia sido protocolada, no Fórum de Ibimirim (fls. 815), petição firmada pelo Bel. Cláudio Santos de Souza, através da qual é solicitada a admissão dos Procuradores da FUNAI como defensores dos réus, ao argumento de que os mesmos são indígenas da etnia Pipipan.

A análise também revela que os acusados José Gilson Torres de Siqueira e Genilson Torres de Siqueira constituíram advogado na pessoa do Bel. Heronildes Cavalcanti Ribeiro (fls. 181), cujos poderes foram posteriormente substabelecidos ao Bel. Darlyson Antônio Torres da Luz (fls. 378), o qual apresentou alegações finais (fls. 742/748).

Com relação a Expedito Luiz de Souza, foi outorgado mandato ao Bel. Antônio Gildasio Gomes, conforme consta do termo de interrogatório (fls. 402- 674), havendo o referido defensor constituído apresentado também as alegações finais (fls. 642/643).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



204

Em requerimento datado de 09 de fevereiro de 2009, os réus, através de petição subscrita pela Procuradoria Jurídica da Funai, solicitaram a admissão de seus procuradores como defensores dos acusados, independentemente de mandato, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.469/1997, além de inquirição de duas testemunhas (fls. 842), pedido este deferido pelo juízo (fls. 848), passando ditos procuradores a atuar no feito, sendo o Dr. Cláudio Santos de Souza intimado para se manifestar sobre o desaforamento (fls. 919 - autos principais), ocasião na qual foram apresentadas razões subscritas pelo Procurador da Funai João Fula Ferreira da Costa Neto (fls. 80/82 -apenso).

Contudo, considerando que os réus em nenhum momento afirmaram sua condição de indígena, demonstrando os autos que os mesmos estão totalmente inseridos na sociedade civilizada, tanto é que constituíram advogados particulares, e abstraída, neste momento, qualquer discussão envolvendo a legitimidade ou não da FUNAI para atuar no presente feito, entendo que a sintonia com o princípio da ampla defesa exige a intimação dos advogados particulares constituídos pelos réus para, querendo, contrariarem o pedido de desaforamento e, subsidiariamente, os acusados, em caso de inércia dos primeiros.

Em vista do exposto, a fim de prevenir uma futura alegação de cerceamento de defesa, ad cautelam, cumpre-se o despacho de fls. 77, procedendo-se com as intimações dos Beis. Darlyson Antônio Torres da Luz (fls. 378) e Antônio Gildasio Gomes (fls. 402- 674) e, caso inertes estes últimos, intimem-se os réus.

À Diretoria Criminal para adoção das providências necessárias" (cópia emitida em 01.02.2010 pelo Sistema JUDWIN de 2º grau - grifos nossos).

Como se observa, pelo relato do Desembargador Relator, o andamento do Processo de Desaforamento encontra-se obstaculado pelas circunstâncias do caso concreto, que dizem respeito, especialmente, à defesa do acusado, ora paciente/impetrante, JOSE GILSON TORRES SIQUEIRA e dos outros dois corréus.

Há uma divergência entre as informações do Juiz da Comarca de Ibimirim, autoridade dita coatora, e as informações obtidas através do JUDWIN, sobre a remessa do Processo ao Tribunal de Justiça, para o julgamento do Pedido de Desaforamento. Mas, sabe-se que o Processo foi distribuído em 04.06.2009, havendo excesso prazal plenamente justificado, pois, até agora, foi causado pela própria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



205

Defesa dos três corréus, ora Pronunciados, entre eles o Paciente JOSE GILSON TORRES SIQUEIRA.

Não temos a data exata da Sentença de Pronúncia, porém, a mesma decisão afasta qualquer alegação de excesso de prazo a respeito do término da Instrução do Processo originário. O que sabemos, através do despacho do Desembargador Relator, acima transcrito, é que na data de 09 de fevereiro de 2009 houve intimação da Defesa dos corréus para se manifestarem sobre o Pedido de Desaforamento nos autos do Processo originário.

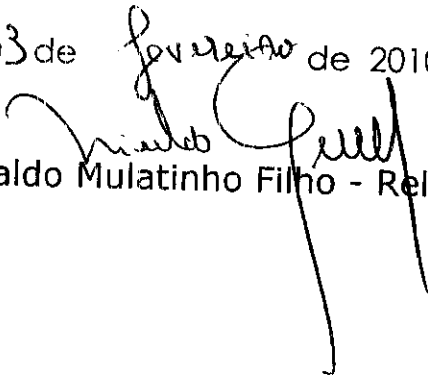
Em que pese a alegação do Paciente de que está **custodiado desde 13.09.2006**, o fato é que, no presente Habeas Corpus, embora faltem informações sobre a Denúncia, o decreto de prisão cautelar e a própria data da Decisão de Pronúncia, existem elementos capazes de afastar, até o momento, o alardeado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Considerando a contagem dos prazos sob o prisma do princípio da razoabilidade, tanto na Instrução quanto no Processo de Desaforamento, não se pode falar, até agora, em constrangimento ilegal sofrido. Neste sentido, entendimento sumulado por este Tribunal:

"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto" (Súmula 084).

Pelo exposto, voto pela **denegação** da ordem.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator